

A Sustentabilidade e o Meio Ambiente em Pequenas Propriedades Rurais

Verenice Zanchi

ZANCHI, Verenice: Doutoranda e mestra em Desenvolvimento Regional pela UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul; Especialista em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas – FGV; Administradora pelo Centro Universitário UNIVATES; Pesquisadora-membro do OBSERVA-DR. Endereço eletrônico: verenice.zanchi@rbstv.com.br.

Mariana Barbosa de Souza

SOUZA, Mariana Barbosa de: Doutoranda, mestra em Desenvolvimento Regional e bacharela em Direito, todos pela UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul; Pesquisadora-membro do OBSERVA-DR; e pesquisadora-membro do GEPEUR-Cnpq; Grupo de pesquisa em estudos urbanos e regionais. Endereço eletrônico: marisouza_10@hotmail.com.

João Paulo Reis Costa

COSTA, João Paulo Reis: Doutorando, mestre em Desenvolvimento Regional, Especialista em História do Brasil e licenciado em História, todos pela UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul; Endereço eletrônico: joapauloreiscosta@gmail.com.

RESUMO

O presente texto propõe uma reflexão acerca dos temas desenvolvimento regional, sustentabilidade e turismo rural. Para tanto propomos uma análise a partir de dois roteiros de turismo rural situados na região do Vale do Rio Pardo, quais sejam, Rota Germânica do Rio Pardino e Roteiro Caminhos da Imigração. Visto que, a manutenção das estruturas do turismo rural no Vale do Rio Pardo perpassa a discussões acerca da sustentabilidade do meio ambiente. A pesquisa caráter qualitativo visa compreender o papel do turismo rural como caminho para a sustentabilidade ambiental. Com base na análise dos dados, constatou-se que existem, entre os participantes dos roteiros de turismo rural da região, iniciativas de conservação e preservação do meio ambiente.

Palavras chave: Desenvolvimento regional, Sustentabilidade, Turismo rural.

Introdução

Debates e estudos em torno de temas como desenvolvimento regional, sustentabilidade e turismo rural vêm recebendo cada vez mais atenção, no decorrer das três últimas décadas. Tanto no meio acadêmico, quanto no público ou no privado, iniciam-se discussões e ações que visam a reativação do sentimento de pertencimento, o bem-estar, bem como da permanência dessas famílias no meio rural. Surgem iniciativas da sociedade em parceria com poder público a fim de garantir que o desenvolvimento regional ocorra de forma sustentável, a exemplo da implementação de roteiros de turismo rural.

Nesse contexto, abordamos os exemplos da Rota Germânica do Rio Pardinho, situada entre os municípios de Santa Cruz do Sul e Sinimbu e do Roteiro Caminhos da Imigração, no município de Santa Cruz do Sul. Ambos criados pelas comunidades com o incentivo do poder público e da Associação de Turismo da Região do Vale do Rio Pardo – ATURVARP, não necessariamente nessa ordem. Cabe destacar que os dois roteiros (nesse artigo decidiu-se utilizar o termo “roteiro” para definir o objeto de análise, mas originalmente alguns se autodenominam “rotas”, o que foi mantido) têm em comum o objetivo de promover o desenvolvimento da região de forma sustentável. O que ocorre quando da diversificação da propriedade, por meio da implementação da atividade turística.

Destacamos a importância de identificar as particularidades da região e convertê-las em potencialidades a fim de reduzir as desigualdades sociais e promover a equidade. Tais ações estão diretamente ligadas à concepção de desenvolvimento regional sustentável defendido por Milton Santos (1997).

Nesse encadeamento, o meio ambiente, ou seja, a paisagem é apropriada pelos pequenos agricultores familiares que participam dos roteiros para compor o produto turístico. O mesmo ocorre com a cultura local, considerada aqui como bem imaterial dessa comunidade.

Apresentaremos a seguir os conceitos de desenvolvimento regional sustentabilidade e turismo rural, e posteriormente apresentaremos a região e os dois roteiros e por fim algumas reflexões.

Desenvolvimento regional, sustentabilidade e turismo rural

O desenvolvimento regional aqui apresentado alinha-se a visão de Sen (2000, p. 10) acerca do desenvolvimento, na qual o autor aponta que “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente”.

Nessa perspectiva, para Sen (2002), os atores estão ativamente envolvidos na configuração de seu próprio destino, e não apenas esperando passivamente que programas governamentais de desenvolvimento os beneficiem. Dessa liberdade ainda faz parte o processo de participação democrático, no qual os atores, na condição de “agentes”, participam de debates políticos e decidem onde as verbas serão alocadas.

Cabe destacar que no Brasil o desenvolvimento apresenta duas fases: uma anterior e outra a partir de 1960. Na primeira não havia uma estratégia de desenvolvimento e as regiões brasileiras não mantinham ligações. Ocorria apenas a integração das áreas produtoras aos fluxos mundiais de comércio. Na segunda, o mercado nacional passou a contar com políticas de desenvolvimento regional, que visavam em um primeiro momento, estimular a industrialização e posteriormente reduzir conflitos fundiários no Nordeste e colonizar as fronteiras, o que também garantia uma ocupação geopolítica (ACSELRAD, 2008).

Já a partir dos anos 1970, o desenvolvimento regional ganhou novo enfoque, passando a ser visto de dentro para fora, ou seja, endógeno. O que segundo Benko (1999, p. 288) trata-se de “[...] uma estratégia de diversificação e de enriquecimento das atividades sobre um dado território com base na mobilização de seus recursos (naturais, humanos e econômicos) e de suas energias”.

Após as mudanças da divisão social do trabalho da década de 1990, é pertinente considerar que “[...] houve perda de dinamismo econômico de algumas especializações regionais, o que reduziu potenciais localizados de empuxe e arraste inter-setorial e de desenvolvimento regional [...]” (BRANDÃO, 2004, p. 66).

Também Benko (1999) aponta que o desenvolvimento de uma região se deve, principalmente, a sua dinâmica interna, ou seja, estão relacionados a fatores endógenos. Brandão (2004, p. 71) aponta que,

O grande desafio é construir simultaneamente, e dar unidade, aos seguintes pares (por vezes antagônicos): eficiência/equidade; especialização/diversificação produtivas; crescer/redistribuir renda e riqueza, entre outros. Isto é, construir permanentemente integração e coesão produtiva, social, política, cultural, econômica e territorial.

Boisier (1996) defende que o desenvolvimento de um território organizado depende da existência, interação e articulação de seis elementos – atores, instituições, cultura, procedimentos, recursos e entorno, dos quais depende o sucesso ou o fracasso da região.

Ainda para Brandão (2004, p. 70) o desenvolvimento é um processo resultante de variadas e complexas interações sociais, e que

[...] esse processo deve promover a ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando a sua autodeterminação e liberdade de decisão. Neste sentido, o verdadeiro desenvolvimento exige envolvimento e legitimação de ações disruptivas e emancipatórias, envolvendo, portanto, tensão, eleição de alternativas e construção de trajetórias históricas, com horizontes temporais de curto, médio e longo prazos.

No contexto do desenvolvimento regional, a relação com o território ocorre na medida em que a sociedade molda esse lugar de acordo com suas necessidades e insere nele suas características, fazendo despertar em seus agentes o sentimento de pertencimento. Assim, o território no qual o turismo está inserido pode ser de extrema importância para o desenvolvimento regional, principalmente porque, para alcançar seu objetivo central – atrair o turista –, apropria-se dos bens materiais e imateriais dos atores locais. Esses atores locais, ao desenvolverem a noção de pertencimento, tornam-se agentes que se apropriam, que usam o território e, neste contexto, a natureza e o meio natural não são mais vistos como meros recursos (SANTOS, 1997).

Portanto, o território é entendido como espaço usado e apropriado, no qual, sociedade e natureza coexistem, ou seja, os elementos do social e do natural são inseparáveis.

Santos (2000, p. 104) destaca que o “território usado [...] é tanto o resultado do processo histórico quanto a base material e social das novas relações humanas”, o que, por esse ponto de vista, “[...] permite uma consideração abrangente da totalidade das causas e dos efeitos do processo sócio territorial”.

Por assim dizer, de um lado se revela a estrutura global da sociedade e do outro a complexidade do seu uso. Essa perspectiva leva em conta todos os atores e considera que cada um é um agente que se apropria, que usa o território de forma complexa e diferenciada. E é nesse território, envolvido por relações de poder, processos produtivos, evidências culturais, que o desenvolvimento acontece (ETGES, 2005).

Também Pecqueur (2009) ressalta a importância de valorizar o que está no território, da economia baseada nele, ou seja, agregar valor ao produto em função do território em que ele é feito, a consciência ecológica e a responsabilidade social.

O território é a profunda interação entre estar na base da superfície do planeta e a forma como o homem se coloca ali, se apropria, usa e produz (ETGES, 2001). Ainda segundo a autora, essa perspectiva de território gera compromisso com essa superfície.

No início da década de 60 ocorreu o despertar da consciência ecológica e ganharam voz nas décadas seguintes e foi a partir daí que a sustentabilidade e o desenvolvimento se entrelaçaram (BURSZTYN e BURSZTYN, 2012). E assim, as questões da sustentabilidade foram pouco a pouco permeando as teorias de desenvolvimento.

Souza (2000, p. 145) afirma que “há um forte consenso de que o modelo de desenvolvimento sustentável¹ deveria ser endógeno e local, preservando e valorizando a participação popular, o conhecimento e a cultura dos povos envolvidos em seu processo [...]”.

Nesse sentido, cabe inferir que a sustentabilidade é aqui entendida como, a necessidade de sustentar a vida no planeta terra. E por isso, traçar e implementar planos que corroborem para tal são cada vez mais fundamentais. Uma vez que por instinto o homem reforça laços e se associa, formando grupos, os quais podem ser observados e impactam positivamente no fortalecimento das regiões. A formação e atuação dos conselhos regionais de desenvolvimento – COREDES no Rio Grande do Sul é um exemplo que reforça a necessidade de planejamento e organização. Outro exemplo é a Associação criada para formar a Rota Germânica do Rio Pardinho, um roteiro de turismo rural entre os municípios de Santa Cruz do Sul e Sinimbu, no Vale do Rio Pardo – RS.

Nessa perspectiva, é importante aprofundar o conceito de sustentabilidade, ou sustentabilidade viável. Isso porque, de acordo com Bursztyn e Bursztyn (2012) a sustentabilidade pode ser forte ou fraca. Os autores definem que

O conceito de **sustentabilidade fraca** se refere ao equilíbrio entre as esferas, econômica, social e ecológica. Pressupõe a possibilidade de compatibilizar a dinâmica das atividades econômicas com a justiça social e o respeito as condições do mundo natural, de modo a que estas se mantenham no longo prazo (BURSZTYN e BURSZTYN, 2012, p. 52).

¹ Entendido aqui de acordo com a definição do relatório de Brundtland, segundo a qual “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CARVALHO e BARCELOS, 2010, p. 101).

Souza (2000, p. 155) infere que a sustentabilidade fraca “[...] depende mais da manutenção do capital total (natural mais artificial)” do que exclusivamente do natural. Enquanto que a sustentabilidade forte depende apenas da “manutenção do nível de capital natural”.

A sustentabilidade forte advém da corrente da ecologia profunda, a qual apregoa que a o ser humano na busca pelo seu bem-estar, por meio das mais diversas atividades, tais como: a caça e a pesca, o cultivo de terras, a construção de cidades e a industrialização, provocam algum tipo de impacto negativo ao meio ambiente (BURSZTYN e BURSZTYN, 2012). Por conseguinte,

O conceito de **sustentabilidade forte** tem como fundamento a constatação científica de que qualquer ação humana se dá no âmbito dos limites do Planeta, ou da biosfera, onde a humanidade habita. Isso inclui a vida social em geral e as atividades econômicas em particular (ADAMS, 2006, apud BURSZTYN e BURSZTYN, 2012, p. 51).

Contudo, segundo os autores pensar na aplicabilidade de uma sustentabilidade forte seria retornar a condição de nômade-coletor, inclui-se ainda a necessidade de decrescimento da população. Já para Carvalho e Barcelos (2010, p. 100) a sustentabilidade forte pressupõe que o capital natural “[...] deva ser mantido constante, no todo ou em pelo menos uma parte do mesmo, o chamado capital natural crítico”. Tem-se assim, que a sustentabilidade fraca é a forma mais viável de sustentabilidade na atualidade, contudo é imperativa a necessidade de impor limites de uso, ou seja, definir os níveis de capital natural crítico (CARVALHO e BARCELOS, 2010).

Portanto, para o uso sustentável do meio ambiente Bursztyn e Bursztyn (2012, p. 53) definiram três categorias de suporte, quais sejam: a) “técnicas de previsão e de apoio à tomada de decisão, como cenários, avaliação ambiental ou análise custo-benefício”; b) “instrumentos de mensuração, como pegada ecológica e sistemas de indicadores em geral”; c) “o desenvolvimento de uma base científica sobre limites do meio natural é condição prévia ao estabelecimento das regras para o seu uso. Dado que o ambiente é um dos elementos do tripé, é preciso conhecer a sua capacidade de suporte e resiliência”. Sendo que na visão dos autores, “a **capacidade de suporte** está associada ao limite de utilização de um determinado meio (ecossistema) sem que suas propriedades sejam perturbadas ao ponto de comprometer a regeneração natural”, ou seja, para definir o uso Bursztyn e Bursztyn (2012, p. 54).

Assim sendo, com relação ao turismo,

O conceito de capacidade de suporte serve, por exemplo, para orientar decisões sobre a *capacidade de carga* de áreas de visitação [...] e para o

estabelecimento de parâmetros para conservação e áreas de vegetação natural em pastagens ou agricultura. Uma vez entendidos os limites, é possível definir regras de uso [...] (BURSZTYN e BURSZTYN, 2012, p. 54).

E associada a capacidade de suporte está à resiliência – entendida aqui como capacidade de regeneração do meio ambiente – que uma vez combinadas criam a possibilidade de uso sustentável do meio natural (BURSZTYN e BURSZTYN, 2012).

Por isso, Bursztyn e Bursztyn (2012, p. 64) asseveram a importância de trocar o crescimento econômico pela sustentabilidade, ou seja,

[...] passar da busca por *mais* (em termos de produção e consumo, e consequentemente de apropriação de recursos naturais) para o paradigma do melhor, ou seja, melhorar a qualidade de vida sem aumentar o consumo.

Latouche (2012, p. 49) corrobora com essa visão ao inferir que “a verdadeira riqueza pode ser também o fato de ter amigos e fazer coisas interessantes etc”. Aponta ainda a importância de “trabalhar menos para viver melhor, para redescobrir o sentido da vida” (LATOUCHE, 2012, p. 51).

No contexto de um desenvolvimento regional mais sustentável, o turismo rural tem contribuído como alternativa de enfrentamento às adversidades econômicas, principalmente entre os agricultores familiares². Essas famílias enfrentam dificuldades decorrentes do processo de mecanização da produção, mais precisamente da Política de Crédito Agrícola brasileira das décadas de 1970 e 1980, a qual estava direcionada a atender médios e grandes produtores. Conforme Schneider (1999) e Silva e Campanhola (2000), os impactos negativos dessas políticas podem ser encontrados em muitos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Por isso, na década de 1990, foi promovido um debate sobre o turismo, entre governo, iniciativa privada, academia e sociedade, do qual resultaram profundas mudanças nas políticas públicas do setor. Desse debate, resultou o Plano Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, que tem com o objetivo de melhorar o produto turístico em âmbito municipal (BENI, 2006).

A partir desse contexto de mudanças da década de 1990, o turismo foi introduzido na Região dos Vales do Rio Pardo e Taquari com o intuito de contribuir com o desenvolvimento da região. Com o intuito de ajudar a reduzir o desemprego, êxodo e despovoamento das áreas rurais.

² Schneider (2003a, p. 29) caracteriza como agricultores familiares, indivíduos e famílias que residem no espaço rural e são proprietários de pequenos lotes de terra.

Assim, o turismo rural surge para os pequenos agricultores familiares não só como mais uma possibilidade de trabalho e renda, mas como possibilidade de viver melhor. Segundo Beni (2002), em um contexto de desenvolvimento regional, a atividade turística, gera a circulação de divisas entre uma região e outra.

É nesse contexto de valorização do meio rural, das potencialidades da região a partir do território, e de busca pela sustentabilidade que serão analisados: a Rota Germânica do Rio Pardo e o Roteiro Caminhos da Imigração.

Turismo rural, um caminho para a sustentabilidade ambiental

Parte-se do pressuposto de que cada região compreende uma determinada porção do espaço com características naturais específicas, moldada a partir de seu processo de formação histórico-cultural, do qual deriva sua identidade social, econômica e política.

A região do Vale do Rio Pardo está situada na porção centro/setentrional do estado do Rio Grande do Sul, sendo este o estado mais ao sul do Brasil. Tem sua origem e sua formação econômica e social decorrente da colônia de Rio Pardo, o qual, no século XVIII constituiu-se num dos mais antigos espaços de ocupação e domínio português (VOGT, 2001). Com a vinda de imigrantes alemães, italianos, poloneses, entre outros, os quais receberam terras para desenvolver atividades agrícolas, em especial o trigo, que abastecia a Colônia (FEE, 2015).

Essa forma de ocupação, a partir do século XIX, originou uma produção diversificada nessas pequenas propriedades rurais, criou uma distribuição de renda menos concentrada e resultou em uma rede urbana formada por pequenos núcleos (FEE, 2015). Características que pouco mudaram com o passar do tempo (SEPLAG, 2015).

No Vale do Rio Pardo, segundo Radünz (2001) a organização cultural ocorreu no entorno de cooperativas e está diretamente relacionada ao profundo sentimento associativo que os colonos alemães desenvolveram, por não terem sido assistidos em termos de escolas e religião. Pode-se dizer que o “[...] quadrinômio – cooperativa, comunidade, escola e sociedade identifica o colono alemão no RS” (RADÜNZ, 2001, p. 148).

Destarte, é possível inferir que a diversificação nas pequenas propriedades agrícolas dos vales remonta à colonização do estado pelos imigrantes, que vieram com o propósito de ocupar e cultivar as terras até então cobertas pela mata nativa.

Atualmente a diversificação de atividades nas pequenas propriedades rurais contribui para o aumento e redistribuição da renda e com a segurança alimentar dos agricultores familiares e da comunidade. Inclusive com o meio ambiente, por meio do uso sustentável da terra.

Isso posto, cabe destacar que dentre os agricultores familiares que optaram por diversificar suas propriedades, implementando a atividade turística, encontramos alguns que, com o objetivo de viver melhor optaram por reduzir ou mesmo eliminar, por exemplo, o cultivo do tabaco. O que ratifica os apontamentos de Latouche (2012). Sen (2000) considera que a diversificação contribui com a redução da dependência das famílias de uma única cultura e melhora a renda.

Para Almeida e Riedl (1998), o turismo rural, enquanto atividade de diversificação da propriedade, impõe-se contra os alicerces tradicionais da agricultura, que subjugam a produção que está exposta ao risco, às incertezas e à exaustão.

Segundo Cristóvão (2002, p. 81), o desenvolvimento rural está ligado à diversificação, sendo que [...] a ideia de diversificação da economia rural decorre, cada vez mais, do reconhecimento de que o espaço rural é bem mais do que um simples fornecedor de matérias primas. É, no fundo, um espaço multifuncional.

Perceber o espaço rural e sua comunidade como um lugar multifuncional implica em valorizar seus recursos e reconhecer seu potencial endógeno (CRISTÓVÃO, 2002). Também Blos (2000) aponta para o desenvolvimento dos recursos endógenos, ou seja, do turismo rural, como alternativa para gerar melhoria da qualidade de vida, produção econômica e serviços.

Na região do Vale do Rio Pardo foram identificados cinco roteiros de turismo rural, contudo esta pesquisa está focada em dois, a Rota Germânica do Rio Pardo e o Roteiro Caminhos da Imigração.

A Rota Germânica de Rio Pardo foi lançada em 26 de junho de 1998, com o nome de Roteiro Rural, Colonial e Ecológico de Rio Pardo. Inicialmente faziam parte do roteiro dez atrativos. O roteiro tem como finalidade manter a tradição, preservando assim os hábitos e costumes originais dos colonizadores do século XIX, a arquitetura, a gastronomia e o artesanato, característicos da colonização alemã. Dentre os atrativos oferecidos ao turista estão a vida tipicamente colonial, belas paisagens formadas por um conjunto de rios e vales, cafés coloniais, pousadas, restaurantes, lojas de artesanato, entre outros. Oferece, ainda, a oportunidade de convívio com as famílias, acompanhando o seu dia a dia nas propriedades.

O roteiro atualmente conta com 17 atrativos. Sendo oito no município de Santa Cruz do Sul: Cervejaria Heilige, Barragem Lago Dourado, Mosteiro da Santíssima Trindade, Igreja Imigrante, Cucas Gressler, Salão Waechter, Basteleihaus – Casa de Trab. Manuais – e Restaurante Vale Verde. E nove em Sinimbu: Arte Haus, Igreja Nossa Senhora da Glória, Artesanato Sinimbu, Quiosque, Floricultura Wendland, Gruta Nossa Senhora de Lurdes, Igreja Evangélica de Sinimbu, Agroindústria Panke e RPPN UNISC – Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Em termos de propriedades que diversificaram as atividades e implementaram o turismo, buscando a sustentabilidade, destacamos a Basteleihaus – Casa de trabalhos manuais – e a Arte Haus. Ambas trabalham com artesanato sustentável, ou seja, utiliza-se de sementes, palha de milho, latas e outros materiais reciclados para a confecção das peças. Cabe apontar que a família que mantém a Artehaus, reduziu o plantio de tabaco após iniciar essa nova atividade.

Fotografia 1 – Basteleihaus e Salão Waechter



Fonte: ATURVARP, 2015 e ZANCHI, 2012.

A agroindústria Pranke, situada na propriedade, reduziu a produção de tabaco após sua instalação e posterior entrada no roteiro, atualmente produz e comercializa os mais diversos tipos de cucas, tortas, bolos e pães.

O mesmo caminho foi adotado pela família proprietária da Cucas Gressler, que comercializa cucas e produtos coloniais como: Schimier, linguiça, tortas, rocamboles, bolachas, pão caseiro entre outros produtos da gastronomia típica alemã.

A RPPN UNISC preserva uma área 221,39 hectares, e conta com áreas destinadas à preservação, à pesquisa científica, projetos de educação ambiental e atividades de ecoturismo. No centro de visitante são realizadas palestras relacionadas à educação ambiental e conservação do meio ambiente e ocorrem visitas, nas quais são realizadas

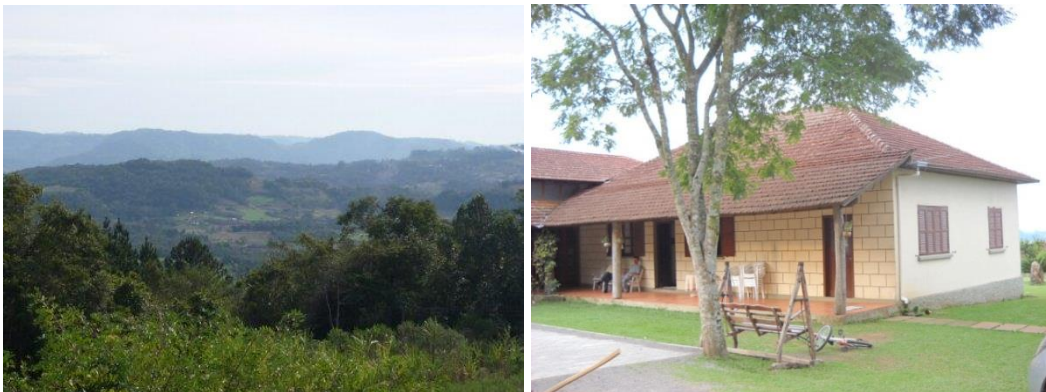
trilhas interpretativas e é distribuído material explicativo sobre a reserva e sobre a fauna e flora da RPPN e da região.

Fotografia 2: RPPN UNISC



Fonte: ATURVARP, 2015

Fotografia 4 – Mirante da Boa Vista e Pousada Camponesa



Fonte: ATURVARP, 2015 e ZANCHI, 2012.

O Roteiro Caminhos da Imigração, inaugurado em 19 de fevereiro de 2000, contava com nove atrativos. Tendo por objetivo manter a tradição, a arquitetura, a gastronomia e o artesanato, característicos da colonização alemã do século XIX. Localiza-se entre os distritos de Boa Vista e de Linha Santa Cruz, ambos no município de Santa Cruz do Sul. Vinte atrativos compõem o roteiro: Aeroporto Luiz Beck da Silva, Cooperativa Agrícola Linha Santa Cruz, Residência de José Germano Frantz, Casa Comercial e Salão de Bailes Frantz – Associação de Damas, Capril Boa Vista, Casa em estilo enxaimel, Cemitério Evangélico de Alto Linha Santa Cruz, Centro Esportivo Recreativo Cultural Chácara Bauermann, Centro Histórico de Boa Vista,

Cruz dos Assmann, Escola Estadual Professor Affonso Pedro Rabuske, Família Fritz e Frida, Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil de Linha Andrade Neves, Igreja Evangélica de Alto Linha Santa Cruz, Local da primeira missa, Mirante de Boa Vista, Paróquia Santos Mártires das Missões de Linha Santa Cruz, Pousada Camponesa, Rua José Germano Frantz, Sítio Sete Águas.

Nesse roteiro destaca-se a propriedade na qual está estabelecida a Pousada Camponesa, que abandonou completamente o cultivo do tabaco. Além de que todo o cultivo da propriedade está voltado para a produção orgânica. Preservam ainda as fontes naturais de água existentes na propriedade e a mata nativa, a qual serve de sobra para as trilhas espalhadas pela propriedade.

Ao passo que o Sítio 7 águas reduziu sua produção de tabaco após a implementação da atividade turística na propriedade. Mantém ainda, uma horta da qual os visitantes pode podem “colher e levar”. Conservam as nascentes e parte da mata nativa, principalmente nas margens do rio que recorta a propriedade.

Enquanto que o Capril da Boa Vista abre sua propriedade para que o turista possa acompanhar a lida diária com os cabritos.

Reflexões Finais

Percebemos que os agricultores participantes dos roteiros têm buscado contribuir com a promoção do desenvolvimento regional sustentável, ou seja, um desenvolvimento endógeno. Isso porque, identificaram na paisagem e na cultura local, particularidades, as quais forma convertidas em potencialidades, ou seja, produto turístico.

Constatamos que eles têm exercido, em certa medida, o papel de agentes, ao participarem, tanto das reuniões da associação de seu respectivo roteiro, quanto das proporcionadas pela ATURVARP.

Verificamos entre os agricultores familiares entrevistados a perspectiva de redução da produção de tabaco. Assim como, a substituição dessa atividade pela turística foi posta em prática por alguns e é cogitada por outros. A preocupação com a sustentabilidade do meio ambiente aparece ainda quando da preservação das nascentes e da mata nativa.

Outro ponto em comum diz respeito a preservação do meio ambiente, haja vista, que todos – os entrevistados – reconhecem sua importância, para si e para a perpetuação de suas famílias, bem como para a comunidade.

Percebemos uma forte preocupação em manter vivas as tradições culturais, o artesanato, a gastronomia, ou seja, os usos e costumes de seus antepassados, bem como o patrimônio histórico e arquitetônico.

Concluimos que o turismo rural tem se desenvolvido nessa região como fonte importante de renda e de reorganização social do meio rural. Assim, as famílias rurais passam a depender não apenas do setor agrícola, mas de sua capacidade de executar outras atividades.

Ao analisar a composição de atrativos da Rota Germânica do Rio Pardo contatamos um aumento no número de atrativos na ordem de 70%, desde sua criação. O mesmo ocorre com o Roteiro Caminhos da Imigração, que cresceu 122% no número de atrativos.

No Roteiro Caminhos da Imigração notamos o predomínio de pontos turísticos de caráter histórico e cultural. Igrejas e prédios antigos representam 80% do número total de atrativos. Enquanto que na Rota Germânica do Rio Pardo a proporção é inversa, ou seja, 65% dos atrativos estão relacionados gastronomia, lazer e comércio de artesanato.

Podemos inferir que contribui com o desenvolvimento regional, à medida que reduz o desemprego, o êxodo rural e contribui com o aumento das rendas das famílias participantes. Por outro viés, reacende o sentimento de pertencimento gerando comprometimento com o meio ambiente.

Percebemos que o fluxo de visitantes se dá em pequena escala, na maioria dos atrativos, o que não causa impacto significativo ao meio ambiente. Há ainda o cuidado, por parte de alguns agricultores familiares, em efetuar reservas e não exceder a capacidade de visitação em suas propriedades.

Diante desse contexto, cabem questionamentos acerca de como a atividade turística vem se comportando no meio rural. E ainda, existe a necessidade de avaliar possíveis impactos decorrentes da superação do limite da capacidade de carga e da capacidade de regeneração do meio natural.

Referências

ACSELRAD, Henri. Sustentabilidade e articulação territorial do desenvolvimento brasileiro. In: *II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul, RS, 2008.

ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. Apresentação. In: ALMEIDA, J. A.; FROELICH, J. M.; RIEDL, M. *Turismo Rural e desenvolvimento sustentável*. Santa Maria: UFSM, CCR, 1998.

BENI, Mário Carlos. *Política e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2006.

_____. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

BENKO, Georges. *Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI*. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BLOS, Wladimir. *O turismo rural na transição para um outro modelo de desenvolvimento rural*. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org.). *Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento*. Bauru – SP, EDUSC, 2000.

BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo Desenvolvimento Regional: entre a caixa-preta e o projeto político. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 13 (1996). Disponível em: <<http://189.21.130.9/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/135/137>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

BRANDÃO, C. A. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda de desenvolvimento territorializado. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, n. 107, p. 57-76, jul./dez. 2004.

BURSZTYN, Marcel e BURSZTYN, Maria A. *Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável*. RJ: Garamond, cap. 1, p. 31 – 64, 2012.

CARVALHO, Paulo G. M. e BARCELLOS, Frederico C. Mensurando a sustentabilidade. In: MAY, Peter (org.) *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. 2ª ed. São Paulo: Campus / Elsevier, cap. 5, p. 99 – 132, 2010.

CRISTÓVÃO, Artur. Mundo rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais). In: RIEDL, Mário, ALMEIDA, Joaquim A., Viana, Andyara L. B. (Org.). *Turismo rural: tendências e sustentabilidade*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2002.

ETGES, Virginia E. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, O. P. e SILVEIRA, R. L. L. (Org.). *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

_____. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v.10, n.3, p. 47-55. set./dez. 2005.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. *Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul*. Economia. Agricultura. Milho. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

LATOUCHE, Serge. O decrescimento. Por que e como? In: LÉNA, Philippe e NASCIMENTO, Elimar Pinheiro (orgs.). *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. RJ: Garamond, cap. 2, p. 45 – 54, 2012.

PECQUEUR, Bernard. *A guinada territorial da economia global*. Política & Sociedade – Revista de Sociologia Política, PPSP UFSC, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br>>. Acesso em: 05 mai. 2015.

RADÜNZ, Roberto. A organização cultural dos alemães no Vale do Rio Pardo. In: VOGT, O. P. e SILVEIRA, R. L. L. (Org). *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

SANTOS, Milton. O Papel ativo da Geografia – um manifesto. In: *XXI Encontro Nacional de Geógrafos*. Florianópolis – Julho de 2000. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09_7_santos.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2011.

_____. *A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEPLAG. Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. *Rumos 2015*. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br>>. Acesso em: 05 mai. 2015.

SILVA J. Graziano da e CAMPANHOLA, C. *O Novo Rural Brasileiro: Uma Análise Nacional e Regional*. Campinas, EMBRAPA/UNICAMP. (4 volumes), 2000.

SOUZA, Renato S. *Entendendo a questão ambiental: temas de economia, política e gestão do meio ambiente*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, Apêndice cap. 3, p. 119 – 140, 2000.

VOGT, Olgário Paulo. Formação social e econômica da porção meridional do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, O. P. e SILVEIRA, R. L. L. (Org). *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

ZANCHI, Verence. *Roteiros de turismo rural na região dos Vales do Rio Pardo e Taquari – RS*. 2013. 134 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2013.